

# Urbanização acelerada e planejamento

AJ11. 233

Josef Barat

O planejamento, como se sabe, envolve a conciliação entre mecanismos de mercado e aqueles de intervenção governamental, com vistas à distribuição de recursos: 1) entre atividades produtivas; 2) entre grupos sociais; 3) no espaço; e 4) no tempo. A distribuição de recursos no espaço pode influenciar objetivos de eficiência econômica e justiça social. Planejar o processo de urbanização significa buscar estes objetivos tanto no espaço físico de uma cidade como nas relações desta cidade com seus espaços envolventes, não devendo restringir-se aos aspectos físico-territoriais de urbanização.

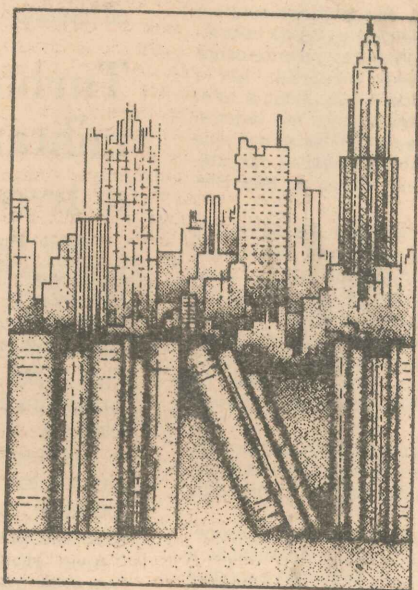
O planejamento não pode esquecer, neste sentido, as necessidades imediatas e carências de grande parte da população que demanda serviços urbanos e habitação. Os grandes desequilíbrios sociais se refletem no espaço, dando origem a grandes desequilíbrios na organização territorial. Sua correção deve ser integrada.

**A decisão política e a manifestação da vontade de melhorar a qualidade das ações imediatas e prioritárias de atendimento de populações de baixa renda deve constituir-se, assim, em um dos aspectos mais importantes do planejamento urbano. Embora prevaleça uma consciência do desenvolvimento urbano (traduzida em uma mentalidade "progressista" relativamente à modernização nos seus aspectos mais externos), na verdade é menos evidente a consciência de que o desenvolvimento urbano deve ser planejado para reduzir ou restringir os custos sociais por ele gerados. É preciso haver, portanto, uma preocupação mais consistente com a cidade que será oferecida às futuras gerações.**

O processo de planejamento, por sua vez, é mais importante que a simples existência de um Plano. Faltando estrutura institucional adequada, mecanismos jurídico-organizacionais e instrumentos de financiamento, necessários à implantação e acompanhamento, os planos ficam reduzidos a simples diagnósticos e desmoralizam o conceito do planejamento perante as comunidades urbanas como fator de mobilização para o desenvolvimento e melhoria de suas condições de vida.

O processo de planejamento, a formulação de políticas públicas e as características do processo decisório formam um conjunto que gera interdependências e, por conseguinte, deve ser objeto de integração ao nível de ações concretas e conceitos.

A hierarquização de subsistemas e descentralização de atribuições e responsabilidade no planejamento urbano nos leva à concepção de um sistema nacional que não deve ser confundido com a simples ação do Governo Federal, mas sim integrando harmonicamente a ela as ações dos estados e das municipalidades. Há necessidade, neste sentido, de um compromisso entre um certo grau de centralização (que valoriza os aspectos de coordenação e integração) e a descentralização (que valoriza a responsabilidade municipal). A complexidade das funções públicas no setor urbano deve abrir efetivamente lugar para a ação das três esferas decisórias envolvidas, que atuam, freqüentemente, no mesmo es-



paço geográfico, principalmente nas Regiões Metropolitanas.

Um compromisso entre a perspectiva estrutural da expansão intra-urbana no longo prazo com aqueles de ação imediata nos problemas de curto prazo, associa-se, naturalmente, com a necessidade de dar ao planejamento urbano maior representatividade política. A formulação de políticas de investimentos públicos urbanos, concebidas em termos de integração funcional de programas e projetos na infra-estrutura com aqueles habitacionais, deve resultar, na verdade, da conceituação da habitação de populações de baixa renda como investimento público, e integrada, assim, aos aspectos complementares de localização, saneamento, transporte e serviços urbanos.

Cabe, finalmente, chamar a atenção para a ordenação do uso do solo urbano, como meio de ampliar os acessos à infra-estrutura e equipamentos sociais (distribuição indireta de renda).

Concluindo, parece não haver dúvida quanto à necessidade de uma atuação governamental (no campo do apoio à urbanização) fora do mercado, utilizando recursos a fundo perdido da União. Isto, como meio de:

a. suprir as carências de infra-estrutura, equipamentos e habitação, em esquemas alternativos aos hoje existentes; e

b. promover, através disso, a integração das populações marginalizadas na economia urbana — pelo subemprego e pelo afastamento físico dos mercados de trabalho.

Já é difícil ver os problemas urbanos, concretos, quando o processo de urbanização é acelerado e indutor de grande velocidade nas mudanças. Mais difícil, ainda, é a abstração que permita uma visão interdisciplinar, ou seja, um entendimento mais abrangente das origens dos problemas urbanos. No entanto, sem um planejamento integrado — produto dessa abstração — a gestão dos problemas urbanos estará sempre a reboque de suas causas.